

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.378 - SC (2019/0302666-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DIEGO EDUARDO KOPROWSKI  
**ADVOGADO** : DIEGO EDUARDO KOPROWSKI - SC045182  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JOSE MARCOS PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de JOSÉ MARCOS PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento da Revisão Criminal n. 4000468-86.2019.8.24.0000.

Os autos informam que o paciente foi condenado a 12 (doze) anos de reclusão pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da lei n. 11.343/2006. Após o trânsito em julgado, a defesa ajuizou revisão criminal buscando, em síntese, a nulidade do feito por deficiência de defesa técnica, além de nulidade decorrente de suposta ausência de intimação da sentença condenatória.

Nesta impetração, a defesa alega, inicialmente, a incompetência do Juízo, considerando que a denúncia evidencia a prática de tráfico internacional de entorpecentes. Além disso, argumenta que o processo prosseguiu sem a citação pessoal do acusado e sem a constituição de advogado, ensejando o reconhecimento de vício capaz de ensejar a nulidade absoluta. Assevera que a defesa prestada por procurador sem mandato configura ofensa ao princípio de livre escolha do defensor. Ainda no que se refere à defesa, alega que as peças apresentadas pelo defensor dativo são ineptas atraindo a incidência do enunciado sumular n. 523 do Supremo Tribunal Federal.

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do

# Superior Tribunal de Justiça

mandado de prisão expedido em desfavor do ora paciente. No mérito, pretende a anulação do processo.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator